

**"Não Precisa Pensar que é Coisa com Coisa, Porque não é
Coisa com Coisa, não!": Práticas de Numeramento
Protagonizadas pelas Trançadeiras de Palha na
Comunidade Lapinha (MG)**

**"Don't go thinking it's all right and tight, cause it's neither
right nor tight": numeracy practices led by straw braiders
in the community of Lapinha (MG)**

Elizara Pereira Coutinho¹

Maria da Conceição Ferreira Reis Fonseca²

RESUMO

Descrevendo o trabalho das mulheres da Comunidade Lapinha em Morro do Pilar (MG) trançando palha de Coqueiro Indaiá para confecção de chapéu, este artigo aponta como, nesse processo, essas mulheres protagonizam práticas matemáticas – identificadas como *práticas de numeramento*, para destacar sua natureza sociocultural e sua dimensão discursiva. Tendo acompanhado e conversado com as trançadeiras durante as várias etapas da confecção dos chapéus, identificamos seus modos de protagonizar práticas de numeramento nas posições discursivas que assumem enquanto desempenham e narram tais etapas. Destacamos, aqui, o que observamos na etapa da trançagem da palha, refletindo sobre como essas posições confrontam a lógica da matemática hegemônica ensinada na escola. O estudo busca conhecer melhor as trançadeiras e a atividade de confecção do chapéu, que sobrevive ao tempo e fortalece a identidade da comunidade. Apostamos na contribuição desse conhecimento para as reflexões sobre o ensino de matemática, em especial, na Educação do Campo.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres Artesãs. Confecção de Chapéu de Palha. Práticas de Numeramento. Matemática Não-Hegemônica. Educação do Campo.

ABSTRACT

¹ Arca das Letras - Morro do Pilar. E-Mail biraliza@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4471-6484>.

² Universidade Federal de Minas Gerais. E-Mail: mcfrfon@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5702-7189>.



Describing women's work of braiding straw for hat making, in Community of Lapinha in Morro do Pilar (MG-Brazil), this article points out how, in this process, these women carry out mathematical practices – identified as numeracy practices, to highlight its sociocultural nature and its discursive dimension. Having followed and talked with the braiders during the various stages of hat making, we identified numeracy practices in their discursive positions while performing and narrating such stages. Here, we highlight what we observed in the straw braiding stage, reflecting on how these positions confront the logic of hegemonic mathematics taught at school. The study seeks to better understand the braiders and the hat making activity, which resists time and strengthens the community identity. We believe on the contribution of this knowledge to the reflections on mathematics teaching, especially in Rural Education.

KEYWORDS: Women Artisans. Straw Hat-Making. Numeracy Practices. Non-Hegemonic Mathematics. Rural Education.

Trançar chapéu

Figura 1 - Chapéu de palha tradicional confeccionado no Morro do Pilar (MG- Brasil).



Fonte: acervo da pesquisa

Trançar chapéu é uma atividade de alto grau de complexidade e de grande envolvimento com a natureza. Trançar chapéu constitui a identidade das mulheres trançadeiras de palha. Trançar chapéu remete à cultura ancestral da comunidade tradicional de Lapinha, localizada na zona rural do município de Morro do Pilar no estado de Minas Gerais, 165 km ao norte de Belo Horizonte. A comunidade faz parte da Área de Proteção Ambiental (APA) do Parque Nacional da Serra do Cipó e situa-se entre as montanhas da Cordilheira do Espinhaço Meridional. É banhada pelo Rio Picão, e faz parte da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Na Lapinha, há apenas uma escola que atende crianças de 4 a 10 anos. Trata-se de uma Escola Municipal que não se identifica como Escola do Campo³, ainda que atenda crianças camponesas. Para prosseguir os estudos a partir do 6o. ano do Ensino Fundamental, crianças, adolescentes e jovens devem dirigir-se à Escola Estadual de Morro do Pilar, que fica a 12 km da Comunidade.

³ Como em Fernandes (2002), considera-se aqui Escola do Campo aquela que assume “uma proposta de construção de uma pedagogia, tomando como referência as diferentes experiências de seus sujeitos: os povos do campo” (p.67-68).

As pessoas mais velhas da Comunidade Lapinha são pouco escolarizadas, situação ainda comum nas populações do campo, e ainda mais dramática nessas do que nas populações urbanas⁴. Mas isso não quer dizer que essas pessoas não sejam sujeitos de conhecimento. Elas conhecem segredos da Natureza e protagonizam diversas práticas de cultivo para o sustento da família. Conhecem também a história de sua comunidade, elaboram princípios e critérios e lidam com relações complexas e sutis que envolvem o tempo e o clima, a organização familiar e a vida comunitária. Esses conhecimentos, as pessoas da Comunidade de Lapinha aprenderam com pais e avós, na lida cotidiana no campo desde criança. Compõem uma cultura ancestral que essas pessoas mantêm e atualizam em seus saberes e fazeres: na cultura da mandioca para produção artesanal da farinha; no cuidado com os antigos canaviais para produção de melado de cana e da rapadura; no zelo com as casas e os quintais, as hortas e os roçados; quando se assumem guardiãs de saberes ancestrais, cultivados e protegidos na mistura de dois biomas, o Cerrado e a Mata Atlântica.

Camponesas e camponeses da Comunidade de Lapinha sabem, ainda, produzir uma variedade de trabalhos manuais que se utilizam de fibras naturais, como a taquara e o bambu. Entre esses trabalhos, se destaca a produção manual do chapéu de palha que é feito da folha mais nova do Coqueiro Indaiá. O Coqueiro Indaiá é abundante na região e dele tudo se aproveita. As folhas eram utilizadas para cobertura das primeiras casas e palhoças da comunidade e o tronco na escora. O fruto é usado na produção de óleo de coco. Vassouras são produzidas com os talos dos folíolos. E a folha mais nova do coqueiro é usada para a confecção do chapéu.

Figura 2 - Coqueiro Indaiá (*Attalea dúbia*) na região de Morro do Pilar (MG- Brasil)

⁴ Segundo o Boletim regional, urbano e ambiental do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), os índices de analfabetismo no Brasil apresentam grande disparidade se se comparam as populações adultas rural e urbano. A taxa de analfabetismo agregada do Brasil em 2010 foi de 10,2%, porém, era de 7,54% no meio urbano e de 24,64% no meio rural. Observa-se que Minas Gerais apresentou taxa de analfabetismo de 19,3% de analfabetos jovens e adultos no meio rural e 7% nas áreas urbanas (PEREIRA e CASTRO, 2019).



Fonte acervo da pesquisa

Neste artigo, descrevemos uma das etapas mais delicadas do processo de confecção do chapéu de palha de Coqueiro Indaiá, assumido pelas mulheres da Comunidade Lapinha: a trançagem da palha. Ao descrevê-la, buscamos reconhecer como, nesse processo, essas mulheres protagonizam práticas matemáticas – as quais denominaremos práticas de numeramento⁵ –, acreditando que compreender como elas se relacionam com essas práticas nos ajude a conhecer melhor essas protagonistas e sua atividade de confecção do chapéu na Comunidade Lapinha, que sobrevive ao tempo e fortalece a identidade dessa comunidade. Também é nossa intenção discutir como essa compreensão pode contribuir para as reflexões sobre o ensino de matemática, em especial, sobre ensino e aprendizagem de matemática na Educação do Campo, da qual essas mulheres e seus familiares – crianças, adolescentes, jovens ou adultos – são público real ou potencial. Entretanto, ao identificarmos, com o nosso olhar de educadoras matemáticas, práticas de numeramento envolvidas nessa produção, não queremos propor a exploração desse processo como um *recurso* para ensinar matemática. Ao contrário, queremos tensionar a discussão sobre relações entre práticas escolares e práticas do cotidiano, de modo a alertar a nós mesmas e à comunidade escolar sobre como essa relação é delicada e merece nossa reflexão cuidadosa, se buscamos uma relação pedagógica de respeito e que nos ajude a romper com o etnocentrismo que caracteriza as práticas escolares, em especial, no campo da Educação Matemática.

Produção artesanal, cultura ancestral e práticas de numeramento

⁵ A opção pelo uso dessa expressão será discutida mais adiante.

Todos que veem pela primeira vez uma trançadeira de palha fazendo uma trança se admiram. Essa prática artesanal é uma manifestação cultural que marca e distingue a identidade da Comunidade Lapinha. Sonia Carbonell Álvares (2019), descrevendo a práxis educativa do ofício cerâmico em uma comunidade tradicional e os modos de ensino e aprendizagem em territórios de trabalho artesanal, destaca a dimensão simbólica e artística das práticas artesanais na América Latina e seu papel na constituição da identidade das comunidades que as cultivam:

No vasto território latino-americano, desde a conquista até os dias atuais, uma grande diversidade de culturas espalhou-se originando uma realidade de amplitude simbólica multifacetada, rica em expressões artísticas, transmitidas especialmente pela tradição oral. Dessas manifestações, destacamos o artesanato como atividade portadora de valores que marcam e distinguem traços identitários nas sociedades tradicionais, em que desempenha um importante papel de coesão no tecido social (ÁLVARES, 2019, p. 3).

Esse papel de portadora de traços identitários talvez ajude a explicar por que a prática de confecção de chapéu de palha de Coqueiro Indaiá resistiu ao tempo e ainda permanece viva, a despeito das transformações na vida da Comunidade, do avanço da perspectiva da modernidade e do progresso tecnológico no cotidiano das famílias e na vida social de Lapinha, transformações que, mesmo a uma comunidade camponesa, impõem novas formas de vida, novos ritmos e novas demandas que acabam por desvalorizar, desestimular e mesmo interditar o trabalho artesanal. Porém, mesmo com todas as dificuldades, a cultura da confecção do chapéu resiste.

Muitas questões, entretanto, perpassam a reflexão sobre a prática artesanal de uma comunidade constituindo-se como tradição, e sobre o fazer artesanal fortalecendo as relações familiares e comunitárias. Álvares (2019) nos convida a refletir sobre como “o artesanato comumente praticado nos pequenos povoados consagra a partilha de conhecimentos entre as gerações”, razão pela qual “a atividade manual fortalece as relações sociais, engendrando princípios de solidariedade” (p.3). Nesse sentido, a autora mostra como as práticas artesanais contribuem para o sentimento de pertencimento à comunidade: “do esteio na família, da cooperação na vizinhança ao pertencimento à comunidade como um todo, a constituição da vida é tecida nas práticas do fazer artesanal” (idem).

Na Comunidade Lapinha, percebemos que as relações sociais estabelecidas entre as trançadeiras são fortalecidas pela solidariedade, que faz com que umas

realizem, pelas outras, etapas que a idade avançada ou algum problema as impeça de executar. Atravessam, ainda, essa prática artesanal marcas de gênero – a atividade de confecção do chapéu é predominantemente feminina na Comunidade Lapinha – e também questões relacionadas aos modos de transmissão de saberes entre as gerações. Mas, principalmente, essa prática nos interpela quando identificamos a ancestralidade e a resistência que compõem a confecção do chapéu de palha de coqueiro Indaiá naquela Comunidade.

As trançadeiras têm orgulho de seu trabalho: ao finalizar um chapéu, elas verificam se realmente ele se encontra perfeito, pois sabem que desempenham uma tarefa complexa e delicada. Essa prática, além de se estabelecer como valor cultural, é também fonte de renda para essas mulheres, e não são raras as histórias de mães que criaram sua família com a renda do chapéu. Entretanto, hoje em dia, há dificuldades para a comercialização dos chapéus, principalmente porque as práticas artesanais têm enfrentado

o modelo urbano-industrial da sociedade contemporânea, centrado no consumo de bens e serviços, depredador dos recursos naturais, ávido pelo progresso tecnológico, [que] põe em perigo as formas de vida que permanecem dependentes exclusivamente do trabalho com as mãos. Às vezes valorizado, às vezes desprezado, o artesanato transita por um espaço instável entre o turismo, o consumo das classes desvalidas e os gostos da elite (ÁLVARES, 2019, p. 3).

As trançadeiras, no entanto, assumindo essa prática como herança cultural, têm dado continuidade a essa arte ancestral. Não se apartando das próprias raízes, conferem um sentido sociocultural a seu trabalho. A sabedoria e a ancestralidade desse processo refletem-se na boa convivência entre elas e na naturalidade da organização das trançadeiras nas diversas formas e fases da produção. Há quem trança e não costura; há quem somente costura as tranças das companheiras. E há também quem colhe a palha, prepara e a oferece para quem quer trançar mas não vai ao campo. Depois, essa trança que é feita com a palha cedida é medida em *braças* e enviada de volta para a costura. Assim, quando o chapéu for vendido, a renda é dividida entre as artesãs envolvidas. Há, ainda, mulheres que preferem fazer todo o processo sozinhas: colheita, preparo da palha, trançado, costura e acabamento. Mas mesmo assim, seu trabalho é compartilhado com as outras artesãs, no empenho coletivo de preservação da técnica, da memória e da cultura, tecidas junto com a palha.

Desse modo, apesar da modernidade e dos avanços tecnológicos que impregnam os tempos atuais, essa comunidade se inclui entre as que preservam e lutam para manter práticas e tradições ancestrais. São comunidades como a descrita por Iraíldes Caldas Torres e Naia Maria Guerreiro Dias (2018) em seu estudo sobre o trabalho das mulheres artesãs da comunidade tradicional São Paulo de Valéria, zona rural do município de Parintins, Amazonas. Nessa comunidade o trabalho artesanal tem se destacado como uma alternativa de renda paralela à pesca, à agricultura de subsistência ou à atividade agropecuária. A pesquisa de Torres e Dias (2018) foi realizada com mulheres artesãs ligadas ou não à associação dos artesãos locais – a Artesampa –, com o objetivo de identificar suas práticas socioculturais e apresentar a perspectiva que elas tinham acerca de seu trabalho. Dentre os perfis de artesãs encontravam-se tecelãs, rendeiras, ceramistas, costureiras, as quais produziam artesanatos para diferentes formas de uso (decoração, adornos, acessórios, lúdico, para cozinha ou serviços domésticos, etc.). Seus saberes e suas habilidades de artesãs, conforme seu relato, foram recebidos como herança da família.

O trabalho na produção de artesanato é uma prática que vem sendo passado de geração a geração, onde avós e pais vão ensinando aos mais novos o ofício de tecer, tear, esculpir, bordar, enfim os saberes e fazeres que lhes conferem tamanha singularidade. E nesse universo participam tanto homens como mulheres que ao longo do processo histórico vêm produzindo artesanatos de diferentes maneiras e expressões culturais (TORRES; DIAS, 2018, p. 4).

Como nos estudos de Álvares (2019) e Torres e Dias (2018), questões de gênero e questões geracionais também constituem e tensionam as práticas artesanais de confecção do chapéu de palha de Coqueiro Indaiá na Comunidade de Lapinha. Cabe, portanto, nessa reflexão sobre os valores envolvidos nas decisões técnicas e no estabelecimento da dinâmica da trançagem da palha de Coqueiro Indaiá na Comunidade Lapinha, atentar para os modos como essas práticas são generificadas e para os modos de participação dos diversos membros da família no orçamento familiar.

Nossa hipótese inicial era de que, seguindo a tradição, só as mulheres trançavam... e só elas sabiam/aprendiam a trançar. O depoimento do irmão de uma das trançadeiras, todavia, nos surpreendeu com seu relato sobre sua infância e nos chamou a atenção para outro recorte: o geracional. Quando crianças, os meninos também aprendiam a trançar e tinham que participar dessa prática como

contribuição para o sustento da família. Naquela época, as crianças eram *incentivadas* a ajudar desde cedo. As famílias precisavam do trabalho das crianças e a ele conferiam também uma *dimensão educativa*. Então os meninos pequenos, que eram novos para enfrentar a lida no roçado, eram direcionados para a trançagem da palha; mas, logo no início da adolescência, já começavam a fazer trabalhos “*mais pesados*”. Nessa fase, as contribuições da prole para o sustento da família se especializavam por gênero, sendo que os rapazes iam para a lavoura e as moças se ocupavam de tarefas diversas no âmbito doméstico, inclusive aquelas que envolvem a confecção dos chapéus de palha de Coqueiro Indaiá.

Os relatos de um casal de irmãos que entrevistamos enfatizam a obrigatoriedade do cumprimento das tarefas, assumidas por obediência aos *argumentos* dos mais velhos (“*A mãe era má, mandava a gente trançar, a mãe era braba... Ah se não fizesse! Ela puxava a orelha. Se tretasse com ela, o coro comia*”; “*Eles colocava medo na gente*”), mas também pela consciência, talvez adquirida mais tarde, de que a renda precisava ser complementada com a venda de chapéus, pois o que ganhavam com a lavoura era insuficiente.

As pessoas mais idosas da comunidade costumam recordar e falar sobre as dificuldades que enfrentaram quando eram crianças. Naquela época não havia a aposentadoria para o trabalhador rural, portanto, as famílias contavam exclusivamente com o que produziam para vender na cidade. Produtos como farinha de mandioca, rapadura, frutas e chapéu de palha eram comercializados para garantir o sustento das famílias. Essas atividades contavam também com a colaboração de crianças e adolescentes.

Eram tempos difíceis, por isso muitas pessoas da comunidade recordam quando os primeiros idosos começaram a receber aposentadoria rural. Contam quando o primeiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morro do Pilar, fundado por volta de 1978, convocou os trabalhadores rurais para se apresentarem, com os documentos, para que fossem realizados pelo sindicato os processos para a aposentadoria dos mais idosos. A partir daí, houve menos pressão sobre a geração de renda e um pouco mais de conforto para as famílias. A renda da aposentadoria passou a permitir que os mais velhos se responsabilizassem pelo próprio sustento e também, muitas vezes, pelo sustento de sua família.

É nesse contexto de necessidades e direitos, tradições e incorporação de novas rotinas, que pretendemos, neste artigo, puxar um fio da reflexão, indagando

sobre como as trançadeiras da Comunidade de Lapinha, na confecção artesanal do chapéu de palha de Coqueiro Indaiá, e, de modo especial, na etapa em que trançam a palha, protagonizam práticas de numeramento que confrontam a racionalidade da matemática hegemônica – racionalidade que preside não só o que em geral se ensina nas escolas da cidade e mesmo nas escolas que recebem estudantes camponeses⁶, mas também outras tantas atividades e critérios das sociedades urbanas e das que se veem obrigadas a pautar sua vida social pelo que vigora nessas sociedades.

A prática artesanal constitui a identidade da comunidade e, assim, demarca o pertencimento àquela comunidade. Quando confeccionam chapéus de palha de coqueiro Indaiá, as trançadeiras assumem essa identidade também em modos próprios de lidar com procedimentos, critérios e representações que envolvem ideias matemáticas. Esses modos, nomeamos de *práticas de numeramento*, para que fiquemos alertas de que constituem processos discursivos – e, portanto, socioculturais (SOUZA; FONSECA, 2010). Essas práticas de numeramento, entretanto, embora se aproximem, em algumas situações, das práticas escolares, nem sempre veiculam os mesmos valores. Neste artigo, discutimos esse argumento focalizando, em especial, as artesãs protagonizando práticas de numeramento envolvidas na trançagem da palha, e refletindo sobre como tais práticas mobilizam – e se constituem em – outras racionalidades que, diferentes da racionalidade que costuma presidir as práticas matemáticas da escola, não são “*coisa com coisa*”.

Práticas de numeramento como práticas sociais

Quando prestamos atenção ao trabalho de confecção do chapéu, no modo como é trançado, costurado, sua forma e acabamento, percebemos imediatamente a complexidade desse trabalho que envolve contagem, medição, ordenação, simetria, geometria. São diversas as atividades associáveis a ideias matemáticas que se podem identificar no modo de preparar o material, no modo de trançar, no modo de medir a trança em braças, no modo de se pegarem os pontos da trança para que a costura fique invisível, no modo de contar os pontos e as voltas de cada parte do chapéu, no modo de começar e no modo de terminar.

⁶ Muitas escolas que atendem populações camponesas reproduzem, em muitas instâncias, a abordagem das escolas urbanas, pressionadas pelas orientações e exigências curriculares, pela força da tradição pedagógica, e pela carência de uma reflexão que valorize outras epistemologias produzidas por grupos não hegemônicos. (ver CALDART, 2002).

Além disso, se a complexidade da confecção artesanal do chapéu de palha engendra outras lógicas e perspectivas que tensionam aquelas que regem a produção industrial, pautada numa racionalidade técnica, essa atividade exercida por mulheres da comunidade de Lapinha também afeta as relações humanas e econômicas dessa comunidade. Isso porque esse artesanato é uma das poucas formas que elas encontram para trabalhar e gerar um produto original e apreciado, que vem de uma fonte natural e abundante na região (a folha do Coqueiro Indaiá), e que lhes proporciona alguma independência, permitindo-lhes outros modos de inserção nas relações de poder econômico e de reconhecimento na comunidade e fora dela.

Por isso, ao buscarmos referências teóricas para a investigação de como as mulheres da Comunidade Lapinha protagonizam práticas de numeramento enquanto produzem chapéu de palha de coqueiro Indaiá, recorreremos aos estudos que tomam essas práticas como práticas sociais (Yasukawa *et al*, 2018). *Práticas de numeramento* é uma expressão usada para nomear práticas que os sujeitos protagonizam para atender às demandas da vida social, mobilizando conhecimentos, procedimentos, valores e representações que associamos ao que, em nossa cultura, se identifica como *matemática*: quantificar, medir, ordenar, classificar, orientar-se no espaço, apreciar e utilizar formas. Essas práticas poderiam ser chamadas simplesmente de *práticas matemáticas*, mas temos uma intenção ao chamá-las de *práticas de numeramento*:

evitar que se compreendam essas práticas como necessariamente atreladas à *Matemática Acadêmica* (a matemática que os matemáticos profissionais desenvolvem) ou à *Matemática Escolar* (a matemática que tradicionalmente se ensina na escola), com sua linguagem específica, seus conceitos e definições e seus procedimentos padronizados (FONSECA, 2017, p. 111, destaque da autora).

Com efeito, diversas atividades realizadas na vida das pessoas do campo podem não envolver necessariamente matemática escolar, mas mobilizar critérios e procedimentos de quantificação, de medição, de ordenação, de classificação, de orientação no espaço, de apreciação e uso das formas, forjados nas culturas locais. Essas atividades podem vir a ser interpretadas como *práticas de numeramento* para nos auxiliar a compreender melhor a relação que pessoas e grupos sociais estabelecem com elas.

A expressão *práticas de numeramento* nos remete de propósito à expressão *práticas de letramento*, para caracterizar a atividade matemática como prática social, envolvendo a apropriação não só de códigos e sistemas: protagonizar práticas matemáticas supõe a apropriação de uma cultura,

que, certamente, envolve linguagens e procedimentos matemáticos, mas que se constitui na produção, na mobilização e na disputa de ideias, de intenções, de argumentos e de valores, por pessoas e grupos que realizam, narram, analisam, validam ou contestam contagens, medições, classificações, ordenações, localizações no espaço, etc... (FONSECA, 2017, p. 112).

Dessa forma, a inclusão das práticas de numeramento entre as práticas de letramento quer promover “uma compreensão das relações matemáticas como práticas culturais, estabelecidas na dinâmica das lutas sociais com certas intenções, e em atendimento aos interesses de grupos em disputa” (FONSECA, 2017, p. 112-113).

A compreensão das práticas de numeramento como práticas sociais, como destacam Yasukawa *et al* (2018), além de usufruir do acúmulo dos estudos do letramento como prática social – inicialmente chamados de *New Literacy Studies* (Street, 2003; 2014) – também se alimenta de abordagens etnomatemáticas, bem como de perspectivas da cognição situada e da teoria histórico-cultural da atividade. No nosso estudo, foi o acúmulo dos estudos do letramento, além de uma perspectiva etnomatemática tal como proposta por Knijnik *et al* (2012), o que nos inspirou a compreender as práticas de numeramento como práticas discursivas (e, como tal, práticas sociais) para refletir sobre como quatro artesãs da Comunidade Lapinha protagonizam práticas de numeramento enquanto trançam a palha de Coqueiro Indaiá para confeccionar os chapéus. Isso nos ajudaria a entender melhor a dimensão social e cultural dessa confecção, para além da habilidade individual de cada trançadeira, também nos exigiria nos desvencilharmos de uma concepção de matemática como universal e a-histórica, para compreendê-la como modos culturais de ler e narrar o mundo (FREIRE; MACEDO, 2011).

É, pois, compreendendo as práticas de numeramento como discursivas (BRITO; FONSECA, 2018) – relacionais, contextuais, e responsivas (BAKHTIN, 1997) – que, neste estudo, vamos analisar os modos de “estar no mundo” e “pronunciar o mundo” (FREIRE; MACEDO, 2011) de mulheres trançadeiras da comunidade Lapinha, que identificamos, em especial, em suas narrativas sobre recursos, procedimentos, critérios e sistemas de que elas se utilizam para

quantificar, medir, ordenar, classificar, se orientar no espaço e produzir, utilizar e apreciar as formas, quando estão trançando a palha do coqueiro para fazer chapéu. Tais recursos, procedimentos, critérios e sistemas nem sempre coincidem com o modo proposto pela matemática que normalmente se ensina na escola, porque as intenções e os valores que os mobilizam num caso e no outro podem ser muito diferentes e até contraditórios.

Recursos, procedimentos, critérios e sistemas dessas artesãs são também constituídos por conhecimentos ancestrais – herdados das gerações passadas e atualizados nas ações presentes de colher a palha, destalar, cozinhar, pôr no sol pra secar, rachar, trançar, costurar, enformar, enxofrar, dar acabamento, e disponibilizar para exposição e venda – e integram uma disposição de autonomia dessas mulheres, tanto no modo de lidar com as questões impostas pela sociedade capitalista, quanto em seu compromisso com a preservação da cultura da comunidade.

Os conhecimentos ancestrais também compõem as práticas de numeramento envolvidas nessas ações, que, por isso, tensionam a matemática escolar: seus valores conformados pela racionalidade moderna, seu vocabulário técnico e hermético, seus procedimentos padronizados e reproduzíveis, e seu modo de pensar que tudo é “*coisa com coisa*”.

Procedimentos para a produção do material empírico e as colaboradoras desta pesquisa

Para a produção do material empírico da investigação que subsidia nossa reflexão, acompanhamos quatro trançadeiras da comunidade Lapinha no Município de Morro do Pilar – MG por um ano, durante todas as etapas necessárias para a confecção do chapéu. Os encontros foram sendo marcados de acordo com as atividades realizadas por cada trançadeira em cada etapa da confecção do chapéu, desde a colheita da palha no campo até a exposição dos chapéus na feira que acontecia toda quinta-feira na sede do Município. O processo se inicia com a colheita da palha no campo próximo à comunidade; depois é carregar até a casa, destalar cada palha, amarrar em molhos, cozinhar em água fervente, lavar as palhas em água corrente, colocar no sol para secar, colocar no sereno para umedecer, rachar cada palha com um ferro especial em forma de pente. Só então as tirinhas estarão prontas para trançar. Leva-se dois a três dias para trançar as tirinhas em

longas tranças medidas em braças. Depois, é preciso pelar a trança, ou tirar as pontas das emendas. Em seguida, passa-se a trança num instrumento chamado escassador, uma espécie de cilindro, para achatá-la, e aí se inicia a costura do chapéu, desde a copa até a aba, utilizando-se uma forma de madeira para moldar o chapéu. Por último, é preciso enxofrar, ou seja, queimar um pó de enxofre sobre brasas de modo que a fumaça passe pelo chapéu, para lhe dar mais resistência e durabilidade. Depois, ele deve secar ao sol por um dia. Só então o chapéu de palha de Indaiá estará pronto para ser comercializado na feirinha de Morro do Pilar, em outras feiras da região metropolitana de Belo Horizonte ou em lojas da Serra do Cipó.

O material empírico da investigação foi produzido por meio de anotações no diário de campo, registro fotográfico e audiovideográfico das observações, das conversas informais e das entrevistas semiestruturadas, realizadas no acompanhamento das atividades envolvidas na confecção do chapéu, nos diferentes locais em que eram desenvolvidas.

As mulheres cujo trabalho observamos são camponesas nativas da Comunidade Lapinha em Morro do Pilar. São mulheres fortes, mulheres de resistência. Trabalham nas plantações, nas hortas, nos quintais, produzem melado, farinha de mandioca, colhem café, aproveitam frutos para produção de doces, e, além de tudo isso, ainda trançam a palha, fazem chapéu.

Quatro mulheres da Comunidade de Lapinha colaboraram de maneira decisiva em nosso trabalho de campo. Duas delas são mãe e filha: Conceição⁷, a mãe, e Leide, a filha. As duas confeccionam o chapéu em parceria e vivenciam a transmissão de conhecimento entre gerações que acontece em muitas famílias da comunidade.

Conceição se dispôs a colaborar, mas pediu que não fizéssemos imagens dela. A filha, por sua vez, não se importou que fossem feitas gravações e imagens dela e de seu trabalho. Leide é surda e não teve a oportunidade de aprender a se comunicar usando a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Então fomos criando e acordando gestos para estabelecer uma forma de comunicação entre nós.

As outras duas mulheres cujo trabalho acompanhamos mais de perto têm o mesmo nome: Lurdes. Em nossa interação, chamávamos uma delas de Lurdes e a outra, carinhosamente, de Lurdinha. Elas estão sempre juntas e são divertidas

⁷ As colaboradoras serão identificadas por seu próprio nome. Essa divulgação foi autorizada por elas.

nessa relação de amizade. São agricultoras, mulheres fortes e dedicadas ao trabalho. Trançam palha de chapéu desde meninas e gostam dessa atividade, apesar de sua labuta diária estar muito ligada aos plantios, às colheitas, à produção de farinha de mandioca e de rapadura. O trabalho com o chapéu, elas realizam “*é nas hora*”, como elas denominam os momentos de *folga*, depois do trabalho diário.

Tão ativas e saudáveis, Lurdes e Lurdinha não aparentam a idade que têm: 72 anos. Nascidas e criadas na Comunidade Lapinha, nunca pensaram em deixar a comunidade. Têm orgulho de seu trabalho e gostam de falar sobre como eram os tempos antigos.

Trançagem da palha

Neste artigo, focalizaremos essas mulheres desenvolvendo uma das etapas mais delicadas da confecção do chapéu que é a trançagem da palha.

Como dissemos, depois que se colhe a palha, as trançadeiras a levam para casa, destalam (tiram um talo fino de cada uma das folhas), enrolam, amarram os “*moizin*” e colocam para cozinhar na água, fervendo por quinze minutos. Em seguida, é preciso lavá-las em água corrente e colocá-las para secar ao sol, por dois dias. Depois, as palhas são rachadas uma a uma, com um instrumento chamado “*ferro*”. Aí a palha toma a forma de tirinhas bem finas.

Só então, com as palhas em forma de tirinhas, é que se inicia a trança. São 13 palhas, que serão trançadas sobrepostas para dar mais firmeza à trança. As 13 palhas (26 tirinhas) são trançadas, duas por baixo, duas por cima. Tendo o meio como referência, ficam seis palhas para um lado e sete para outro, conforme mostra a figura seguir:

Figura 3 - Posição das mãos segurando as palhas para trançar



Fonte: Acervo da pesquisa

Figura 4 - Trança com 13 pontas (13 palhas = 26 tirinhas), detalhe da trama



Fonte: Acervo da pesquisa

Lurdinha nos conta que sua mãe e sua irmã começaram a ensiná-la a trançar quando ela era ainda menina:

Lurdinha: *“Com sete anos ela já tava ensinando trança pra gente, ensinando porque a gente não aprendia depressa, demorava a aprender.”* (Entrevista concedida em 10/05/19).

Chamada a explicar o processo da trançagem, ela reitera sua complexidade:

Lurdinha: *“Explicar como faz a trança? Aí minha filha, aí é coisa! Porque, não é fácil não. Não precisa pensar que é coisa com coisa, porque, não é coisa com coisa não! Foi minha mãe que me ensinou.”* (Entrevista concedida em 10/05/19).

É um trabalho considerado muito difícil para quem não tem habilidades manuais e nunca trançou um chapéu de palha, mas as mulheres da comunidade Lapinha e algumas mulheres de outras comunidades de Morro do Pilar dominam as técnicas tranquilamente, depois de anos de prática. Elas trançam sem olhar para o trabalho e, às vezes, desempenhando, ao mesmo tempo, outras atividades como, por exemplo, caminhar carregando algum peso na cabeça. Sua perícia parece desafiar as dificuldades da vida no campo e desdenhar da vida moderna: as mulheres mantêm a cultura viva e buscam transmiti-la à juventude, como prática de resistência.

Há muitos detalhes para os quais é preciso estar atentas. Um deles é a emenda da trança. Quando uma palha está mais pro final, ocorre que as tirinhas podem não terminar juntas. Então, as trançadeiras acrescentam mais uma no lugar da que se finda. Tem a posição certa de se colocar a tirinha: precisa pôr o “pezinho”, antes de a outra terminar, havendo assim um transpasse nessa emenda. Ao final da trança, depois de medir o comprimento é necessário retirar os pedacinhos de palha

que sobraram nas emendas da trança. Esse processo se chama “*pelar a trança*” ou “*limpar*”. A habilidade é impressionante: as trançadeiras trançam muito rápido. Mas, mesmo com toda a rapidez, levam vários dias para trançar o suficiente para um chapéu: são mais de seis “*braças*” de trança.

Medidas em braças: outra unidade, outra relação

O comprimento da trança é medido em “*braça*”. A “*braça*” usada pelas artesãs funciona como uma unidade, um instrumento e um procedimento de medida de comprimento totalmente independente do sistema internacional de medida (MKS)⁸. Também não se refere à braça, unidade de medida usada no sistema inglês para indicar a profundidade da água e que corresponde a 7 pés ou 1,8288 m. E nem é a braça que aparece como unidade de medida de comprimento em documentos do tempo do Brasil Império, que corresponde a aproximadamente 2,200m (ver CAVALCANTI, s.d.)

O sistema usado pelas trançadeiras tem como instrumento os braços abertos da pessoa que mede. Para medir a trança, é necessário segurá-la na ponta dos dedos. Dependendo do tamanho do chapéu e da pessoa que mede a trança são necessárias seis, ou mais braças de trança para confeccioná-lo. Assim, cada trançadeira vai descobrindo quantas braças (na medida de seu corpo) são necessárias para costurar um determinado tipo e tamanho de chapéu. Ou seja, dependendo da estatura da trançadeira, sua braça pode ser maior ou menor, e isso também interfere na contagem das braças para a produção final.

Na Figura 5, Leide mostra como medir uma trança utilizando a braça. Segurando a trança na ponta dos dedos, ela abre os braços bem abertos e assim se tem uma braça; caso necessite medir meia braça, uma mão segura uma ponta da trança no meio do peito (embaixo do queixo), o outro braço é esticado e se conta meia braça do meio do peito até a ponta dos dedos da outra mão.

Figura 5 - Leide mostrando como medir a trança em “braças”.

⁸ MKS é um modo de se referir ao sistema internacional de medidas, remetendo às três unidades fundamentais desse sistema: o metro, o quilograma e o segundo.



Fonte: Acervo da pesquisa

Depois da trança pronta, muitas braças trançadas, deve-se pelar a trança: todas as pontas das tranças são aparadas usando-se a unha do dedo polegar e a ponta do indicador esquerdo para segurar a trança enquanto esses mesmos dedos da mão direita, em pinça, puxam as pontas. Em seguida, as tranças são enroladas para aguardar a costura. Normalmente se juntam várias tranças para depois dar início à costura dos chapéus.

Figura 6 - Para pelar a trança as trançadeiras seguram a palha a ser aparada com a unha do polegar esquerdo e puxam com a mão direita.



Fonte: Acervo da pesquisa

Antes de costurar é necessário passar a trança num instrumento chamado de "escassador". Como explica Lurdes:

Lurdes: "Depois que a trança tá pronta, passa ela no escassador, um enghozinho de madeira; depois você começa a costurar o chapéu... Eu tranço, minha trança é mais grossa um pouquinho, eu tranço seis braças e meia para um chapéu". (Entrevista concedida em 10/05/2019).

Figura 7 - Escassador utilizado para achatar a trança e prepará-la para ser costurada.



Fonte: Acervo da pesquisa

O escassador é um instrumento de madeira que possui dois cilindros com um tipo de manivela dos dois lados, presos em um quadro e fixado num banco de madeira; parece com um engenho de moer cana, em miniatura. Ele é utilizado para apertar a trança, fazendo com que ela fique bem achatada e lisa. Esse processo se chama "*passar a trança*". Toda trança, antes de ser costurada, precisa ser passada no escassador para que o chapéu fique perfeito. Algumas trançadeiras que não possuem essa ferramenta levam as tranças para serem "*passadas*" na casa de suas companheiras. Esse instrumento é produzido por encomenda, feita pelas trançadeiras a habilidosos marceneiros.

Só depois de despelar e passar as tranças é que elas estarão prontas para a costura que dará, enfim, forma ao chapéu.

Figura 8 - Satisfação da trançadeira ao finalizar a produção de uma dúzia de chapéus.



Fonte: Acervo da pesquisa

Artesãs protagonizando práticas de numeramento na trançagem (e na descrição da trançagem) do chapéu de palha de coqueiro indaiá: “Não precisa pensar que é coisa com coisa, porque não é coisa com coisa não!”

A etapa em que as mulheres trançam a palha foi uma das etapas mais difíceis de descrever quando redigíamos o relatório de nossa investigação; e a descrição que logramos produzir, se comparada à de outras etapas, talvez seja a menos explicativa do processo. Isso porque os nossos modos de descrever, marcados pela cultura cartesiana que permeia nosso modo de ver o mundo e falar sobre ele (e, assim, impregna nossa matemática e nossa escrita, nossas práticas de numeramento e nossas práticas de letramento), supõem que é sempre possível “*pensar que é coisa com coisa*”!

Mas não é assim que aquelas senhoras vivenciam a prática de trançar as palhas, embora, a técnica seja bem definida. Essa técnica não está numa memória de palavras... Está na memória das suas mãos... Foi aprendida na observação e na experiência e não num modelo matemático ou num tutorial com descrição de um algoritmo passo a passo, “*coisa com coisa*” ...

É claro que estão envolvidas nessa técnica relações que nós, professoras de matemática, reconhecemos como associadas à contagem, à medida, à ordenação, à geometria... Nesse sentido, essas práticas de trançagem da palha podem ser analisadas como *práticas de numeramento*. Entretanto, essa análise só faz sentido, se consideramos o contexto sociocultural em que essas práticas são produzidas. E esse contexto não é só o espaço físico ou o ambiente em volta. Esse contexto é constituído também pelas histórias de vida das protagonistas, pela cultura e pelos valores da comunidade, pelas motivações e pelas dificuldades das trançadeiras...

Por isso, não é legítimo querer analisar essas práticas sob o nosso ponto de vista da produção de um bem material (que, em geral, quer “*pensar que é coisa com coisa*”). Se o modo como operamos com o conceito de práticas de numeramento envolve “um amplo conjunto de habilidades, estratégias, crenças e disposições que o sujeito necessita para manejar efetivamente e engajar-se autonomamente em situações que envolvem números e dados quantitativos ou quantificáveis” (TOLEDO, 2003, p. 55), esse modo, todavia, reconhece que tais habilidades, estratégias, crenças e disposições não necessariamente se identificam com a abordagem que se

confere à matemática na escola, não só porque se usam outros termos ou procedimentos, mas porque esse uso está referenciado em outros valores, outras intenções, outras possibilidades e interesses na *leitura do mundo* (FREIRE; MACEDO, 2011).

O alerta de Lurdinha nos ajuda a pensar criticamente sobre o nosso modo de olhar as práticas sociais (incluindo aí as práticas de numeramento), lembrando que é preciso procurar entendê-las buscando a perspectiva de seus sujeitos e aproveitando para questionar os nossos modos de ver e atuar no mundo. É pra isso que servem os *Estudos sobre Numeramento*: para que a gente procure entender melhor as pessoas e as comunidades, reparando no jeito como lidam com relações matemáticas; procurando entender as outras pessoas, podemos, ainda, entender melhor a gente mesma!

Com esse espírito é que nos dispusemos a refletir sobre alguns aspectos em que nossas referências matemáticas, sendo mobilizadas com humildade e sensibilidade, pudessem nos ajudar a conhecer melhor a prática de produção dos chapéus de palha de coqueiro Indaiá, as mulheres que trançam essas palhas e a comunidade de Morro do Pilar.

Tomemos, por exemplo, a questão da medição das tranças, que é um procedimento decisivo para acertar o tamanho e o formato do chapéu. As longas tranças de palha de coqueiro Indaiá para confeccionar o chapéu são medidas em “*braças*”. A adoção da “*braça*” como unidade de medida de comprimento para medir as tranças tensiona os critérios de medição eleitos pela ciência, pelas relações comerciais e pelas regras atuais de registro em documentos. Nesses casos, o critério mais importante é a padronização de modo a evitar ambiguidade na comunicação de uma medida.

As trançadeiras, porém, elegem como principal critério, a praticidade de o *instrumento de medida* estar literalmente *à mão*! Com isso, se dispõem a adaptar as medidas ao tamanho de suas “*braças*” individuais, estabelecendo quais medidas em braças (suas braças!) as tranças devem ter para a confecção dos chapéus de diferentes tipos e de diferentes tamanhos!

Isso não faz do seu sistema de medida das tranças um sistema *pior* do que o sistema internacional, que é baseado na padronização. Não é *pior* porque a *padronização* não é para elas um valor maior do que a *disponibilidade* do instrumento de medida. A questão da variedade das braças é resolvida com a

adaptação (que cada uma faz e memoriza) no conjunto das medidas de tranças necessárias a cada trançadeira para fazer cada tipo e tamanho de chapéu. O processo para medir as tranças também não é “coisa com coisa”.

Considerações finais

Neste artigo, focalizamos artesãs que produzem chapéu de palha de coqueiro Indaiá na Comunidade Lapinha, em Morro do Pilar, MG, em uma das etapas mais delicadas dessa prática ancestral. Essa prática, mais do que passatempo ou alternativa de geração de renda, é também resistência da cultura da Comunidade sendo transmitida de geração em geração, estreitando a conexão das trançadeiras com a natureza no aproveitamento da folha do coqueiro Indaiá, abundante na região.

O acompanhamento dessas mulheres nas diversas etapas da confecção do chapéu nos despertou para o quanto é importante registrar, descrever e fortalecer as práticas culturais de trabalhos manuais realizados pelas camponesas e pelos camponeses em comunidades tradicionais do estado de Minas Gerais. Trouxe ainda a oportunidade de conhecer os muitos detalhes da relação das mulheres trançadeiras, entre si e com a tradição da confecção do chapéu de palha de Indaiá. E, principalmente, aumentou a admiração pelas mulheres camponesas trançadeiras, que enfrentam a labuta da vida cotidiana desde criança, superam dificuldades e mantêm sua cultura viva e a sabedoria ancestral de suas mãos e de seus corpos.

Ao procurar, com nossos olhos de educadoras matemáticas, práticas de numeramento protagonizadas pelas trançadeiras de chapéu de palha de Indaiá, percebemos, nas falas das colaboradoras da pesquisa, que o saber fazer chapéu vem de uma história de vida e resistência de uma comunidade: as mulheres se dedicam a essa atividade há muitos anos e preocupam-se em transmiti-la à juventude. O saber está na convivência familiar, e vai sendo apropriado lentamente, desde criança. As meninas – e os meninos quando crianças menores – viam as mães trançando e, brincando com as palhas, iam aprendendo a trançar. Levava tempo. E logo que desenvolviam habilidade, as crianças eram direcionadas para colaborar com o trabalho de geração de renda, através da trançagem da palha para a confecção dos chapéus, em uma época, em que, no campo, não era fácil sustentar a família apenas com a produção da lavoura.

Ao adentrarmos nos mistérios da confecção do chapéu de palha, nos foi possível perceber que, além da forma própria de produzir os chapéus, as trançadeiras protagonizam práticas matemáticas, lutando pela sobrevivência do grupo e atendendo a demandas específicas do processo de confecção do chapéu. Mas, essas práticas nem sempre coincidem com os processos escolares, especialmente porque nem sempre compartilham as mesmas intenções e os mesmos valores: as práticas de numeramento na confecção de chapéu de palha de Coqueiro Indaiá não são, como as práticas de numeramento escolares, “*coisa com coisa*”. Esse modo próprio de tomar decisões no processo (da trançagem, de toda a confecção do chapéu, em tantas outras situações da vida) também constitui a cultura e a identidade dessa comunidade.

Podemos considerar, a partir das observações feitas e da reflexão que elas suscitaram, que ocorre mobilização e atualização pelos sujeitos de diversos saberes e fazeres envolvendo conhecimentos que nós reconhecemos como *matemáticos*. Isso é importante para nós, educadoras matemáticas do campo, porque amplia nosso repertório de referências camponesas para conferir significados a conhecimentos matemáticos escolares. Mas, além disso, nos põe em alerta em relação à dimensão pragmática das práticas matemáticas (das trançadeiras e da escola, da lida com a terra ou das atividades tipicamente urbanas, dos estudos científicos e das artes, e em tantos outros âmbitos da vida social): essas práticas não se constituem apenas de técnicas e sistemas de representação; elas engendram valores e propósitos, que são forjados e que forjam o contexto cultural, e que definem não apenas a conformação de tais sistemas e técnicas, mas quem as produz e acessa, por que e quando adotá-las ou negligenciá-las, como os grupos sociais as hierarquizam e o que se confronta quando se espera que, nessas práticas, seja tudo “coisa com coisa” ... “porque não é coisa com coisa, não!”

Referências

ÁLVARES, Sonia Carbonell. A pedagogia artesã como práxis educativa em culturas populares tradicionais. **Educação e Pesquisa**, v.45, e186330, p.1-22, 2019.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRITO, Ruana Priscila da Silva; FONSECA, Maria da Conceição Ferreira Reis. Aldeia, Matemática e Escola Indígena: apropriação de práticas discursivas por estudantes Pataxó. **ZETETIKÉ**, v.26, p.133 - 146, 2018.

CALDART, Roseli Salete. Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. *In*: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (Orgs). **Educação do Campo: identidades e políticas públicas**. Coleção Por uma Educação do Campo, nº 4. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 2002. p.18-25.

CAVALCANTI, Flávio R. Com quantas braças se perfaz uma légua. **Blog Estórias de Antigamente**. Publicado em 28 de julho de 2014. Disponível em <http://doc.brazilia.jor.br/HistDocs/Medidas-antigas-nao-decimais.shtml>.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Diretrizes de uma caminhada. *In*: KOLLING, Edgard Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (Orgs). **Educação do Campo: identidades e políticas públicas**. Coleção Por uma Educação do Campo, nº 4. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 2002. p.61-70.

FONSECA, Maria da Conceição Ferreira Reis. Práticas de numeramento na EJA. *In*: CATELLI JUNIOR, Roberto (Org). **Formação e prática na educação de jovens e adultos**. São Paulo: Ação Educativa, 2017. p.105-115.

FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. **Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

KNIJNIK, Gelsa; WANDERER, Fernanda; GIONGO, Ieda Maria; DUARTE, Claudia Glavam. **Etnomatemática em movimento**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

PEREIRA, Caroline Nascimento; CASTRO, César Nunes de. Educação: contraste entre o meio urbano e o meio rural no Brasil. **Boletim regional, urbano e ambiental**, 21 jul-dez, 2019.

SOUZA, Maria Celeste Reis Fernandes de; FONSECA, Maria da Conceição Ferreira Reis Fonseca. **Relações de gênero, Educação Matemática e discurso**: enunciados sobre mulheres, homens e matemática. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

STREET, Brian. What's "New" in New Literacy Studies? Critical approaches to literacy in theory and practice. **Current Issues in Comparative Education**. Columbia: Teachers College, Columbia University, v. 5, n. 2, p. 77-99, 2003.

STREET, Brian. **Letramentos sociais**: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

TOLEDO, Maria Elena Roman de Oliveira. **As estratégias metacognitivas de pensamento e o registro matemático de adultos pouco escolarizados**. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 2003.

TORRES, Iraíldes Caldas; DIAS, Naia Maria Guerreiro. Gênero e artesanato na comunidade tradicional São Paulo de Valéria, Amazonas: fazendo da arte a tessitura de uma nova vida. *In*: **XIX Conferência Brasileira de Folkcomunicação** - Parintins - Amazonas, 2018.

YASUKAWA, Keiko; ROGERS, Alan; JACKSON, Kara; STREET, Brian. **Numeracy as Social Practice**: global and local perspectives. London: Routledge, 2018.

Submetido em janeiro de 2022.

Aceito em junho de 2022.

